



### 33ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA FELSBERG E PEDRETTI ADVOGADOS E CONSULTORES LEGAIS

Pelo presente instrumento particular,

1. **Thomas Benes Felsberg**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RJ sob nº 109.994-A, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.532.550 (SSP/SP), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 007.587.878-04, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Professor Artur Ramos, nº 405 – 3º andar;
2. **Maria da Graça de Brito Vianna Pedretti**, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RJ sob nº 110.024-A, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.442.598 (SSP/SP), inscrita no CPF/MF sob nº 791.071.418-15, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bueno Brandão nº 444, apto. 1021, Vila Nova Conceição;
3. **Ivan Luiz Sobral Campos**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RJ sob nº 64.457, portador da Cédula de Identidade RG nº 6195539-9 (IFP-RJ), inscrito no CPF/MF sob nº 863.513.707-87, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Dom Francisco, 83 - Barra da Tijuca;
4. **João Paulo de Carvalho Vianna Servera**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/RJ sob nº 159.353, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.901.329-1, inscrito no CPF/MF sob nº 104.828.597-92, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Padre Joao Manuel, 758, apto 32, Cerqueira Cesar, São Paulo / SP;
5. **Luis Antonio Menezes da Silva**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RJ sob nº 118.157, portador da Cédula de Identidade RG nº 10188721-4 (IFP), inscrito no CPF/MF sob nº 070.760.937-23, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua José Linhares, nº 150 / 102, Leblon;
6. **André de Souza Santos**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RJ No. 88861, portador da Cédula de Identidade RG No. 09198570-5, inscrito no CPF/MF sob o No. 037.645.377-01, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro na Avenida Prefeitura Dulcídio Cardoso, 1315, apto. 705, Bloco 01, barra da Tijuca, CEP 22620-310.
7. **Caroline Rosa de Melo**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/RJ sob nº 200.661, portadora da Cédula de Identidade RG nº 31.736.776-1 –DETRAN/RJ, inscrita no CPF/MF sob nº 134.667.757-36, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Hilário de Gouveia, 61, apto 201, Copacabana;
8. **Eduardo Barbeito de Vasconcellos Magalhães Castro**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/RJ sob nº 201.257, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.955.392-1, inscrito no CPF/MF sob nº 146.502.607-01, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Gabriel Garcia Moreno, 541, Casa 2, São Conrado;
9. **Eduardo Vergara Lopes**, brasileiro, separado, advogado inscrito na OAB/RJ sob nº 154.190, portador da Cédula de Identidade RG nº 08388269-6 (IFP/RJ), inscrito no CPF/MF sob o nº 001.208.157-45, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a Rua Dona Mariana, 131 Apto 404 – Botafogo;
10. **Gabriel Fonseca de Paranaguá**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/RJ sob nº 144.390, portador da Cédula de Identidade RG nº 10913736-4 (DETRAN-RJ), inscrito no CPF/MF sob nº 100.650.707-80, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Cerro Corá, 205 apto. 12 – Vila Romana.
11. **Igor Farias Cruz Lima**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob nº 122.788, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.788.008-0 (DIC/RJ), inscrito no CPF/MF sob nº 087.384.687-78, residente e



domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Caravelas 98, apto. 604, Humaitá;

12. **Isis da Silva Pires**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/RJ sob nº 180.912, portadora da Cédula de Identidade RG nº 12341717-2 (DETRAN/RJ), inscrita no CPF/MF sob nº 132.431.837-66, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Severiano, 172, apto. 602, Botafogo;

13. **Marcela Alves Corrêa**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/RJ sob nº 131.730, portadora da Cédula de Identidade RG nº 12.368.681-8, inscrita no CPF/MF sob nº 054.809.787-99, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Gilberto Cardoso, 300/603, Leblon;

14. **Rodrigo Guimarães Valério**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RJ sob nº 171.509, portador da Cédula de Identidade RG nº 10132842-5 (IFP/RJ), inscrito no CPF/MF sob nº 054.915.347-06, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Cesário de Melo, 4077, Bl. 01, apt. 503 – Campo Grande;

15. **Sérgio Ricardo Rodrigues Peixoto**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RJ sob nº 70.572, portador da Cédula de Identidade RG nº 07.071.133-8 IFP, inscrito no CPF/MF sob nº 001.362.517-90, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Raul Pompéia, 66, apto. 201, Copacabana;

16. **Thaiana Tavares Labolita**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob nº 189043, portadora da Cédula de Identidade RG nº 21.563.379-3, inscrita no CPF/MF sob nº 136.927.937-07, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Rua Conselheiro Agostinho, nº 45, apto 105, Todos os Santos;

17. **Vinicius Alves de Figueiredo Pessoa**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RJ sob nº 156105, portador da Cédula de Identidade RG nº 13325579-4 (Detran-RJ), inscrito no CPF/MF sob nº 099.380.297-44, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Prefeito Dulcídio Cardoso, 11.000 - apto. 703, Barra da Tijuca; e

únicos sócios da sociedade de advogados **FELSBERG E PEDRETTI ADVOGADOS E CONSULTORES LEGAIS**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça Floriano, nº 19, 15º andar, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 00.766.539/0001-56, constituída de acordo com os artigos 15 a 17 da Lei Federal nº 8.906, de 04 de julho de 1994, que regula a organização e o funcionamento das sociedades de advogados, estando os seus atos constitutivos registrados na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, sob o nº 118.050, em 20 de junho de 1995, têm entre si justo e contratado alterar o Contrato Social da sociedade, conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### 1. Saída de Sócios com Cessão de Quotas

- 1.1 Retira-se da sociedade os sócios André de Souza Santos e Rodrigo Guimarães Valério, acima qualificadas.
- 1.2 Os sócios, André de Souza Santos e Rodrigo Guimarães Valério, detentores cada um de 30 (trinta) quotas representativas do capital da sociedade, com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real) cada e nominal total de R\$ 30,00 (trinta reais), cedem e transferem, como cedidas e transferidas ficam a totalidade de suas quotas da sociedade ao sócio Thomas Benes Felsberg, acima qualificado, de quem haviam adquirido.
- 1.3 A cessão de quotas retro indicada é ora realizada pelo valor nominal global das respectivas quotas cedidas, de cujo recebimento os sócios retirantes outorgam ampla, geral, irrevogável e irretroatável quitação, para nada mais ter a reclamar, renunciando expressamente a qualquer outro eventual direito



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the bottom right and several smaller ones above it.



que tenha ou possa vir a ter nos termos da lei ou em decorrência das disposições contidas neste Contrato Social, em especial em suas Cláusulas 30ª e 31ª.

- 1.4 Os sócios retirantes outorgam à sociedade e aos sócios remanescentes a mais ampla, plena, total, geral, irrevogável e irretratável quitação de todos os seus haveres, em decorrência da saída da sociedade e bem assim dos eventualmente verificados enquanto permaneceram na sociedade, inclusive no que diz respeito ao recebimento de pró-labore, lucro e honorário de qualquer natureza. A sociedade e os demais sócios, por seu lado, outorgam aos sócios retirantes a mais ampla, plena, total, geral, irrevogável e irretratável de quaisquer obrigações ou débitos de qualquer natureza, decorrentes das respectivas participações das sócias retirantes na sociedade.
- 1.5 Em decorrência das cessões e transferências de quotas deliberadas nos itens acima, o sócio Thomas Benes Felsberg, acima qualificado, que detinha 7.438 quotas representativas do capital social da sociedade, com valor nominal total de R\$ 7.438,00 (sete mil, trezentos e quarenta e oito reais), passa a deter 7.498 quotas da sociedade, com valor nominal total de R\$ 7.498,00 (sete mil, quatrocentos e noventa e oito reais).
2. Em razão das deliberações tomadas no item 1 acima, a Cláusula 7ª do Contrato Social passará a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula 7ª.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), dividido em 9.000 (nove mil) quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

Sócio	Nº de Quotas	Valor (R\$)
Thomas Benes Felsberg	7.498	7.498,00
Maria da Graça de Brito Vianna Pedretti	1.112	1.112,00
Ivan Luiz Sobral	30	30
Luis Antonio Menezes da Silva	30	30
João Paulo de Carvalho Vianna Servera	30	30
Caroline Rosa de Melo	30	30
Eduardo Barbeito de Vasconcellos Magalhães Castro	30	30
Eduardo Vergara Lopes	30	30
Gabriel Fonseca de Paranaguá	30	30
Igor Farias Cruz Lima	30	30
Isis da Silva Pires	30	30
Sérgio Ricardo Rodrigues Peixoto	30	30
Thaiana Tavares Labolita	30	30
Vinícius Alves de Figueiredo Pessoa	30	30
Marcela Alves Corrêa	30	30
<b>TOTAL</b>	<b>9.000</b>	<b>9.000,00</b>



### 3. Consolidação do Contrato Social

Tendo em vista as deliberações acima aprovadas, os sócios resolvem alterar e consolidar o Contrato Social, que passará a vigorar com a seguinte redação:

**CONTRATO SOCIAL DA  
FELSBERG E PEDRETTI ADVOGADOS E CONSULTORES LEGAIS**

**I – DENOMINAÇÃO, SEDE E PRAZO**

**Cláusula 1ª.** A sociedade é constituída sob a razão social de "FELSBERG E PEDRETTI ADVOGADOS E CONSULTORES LEGAIS", regendo-se as suas atividades pelas disposições deste contrato social e pelas disposições legais a ela aplicáveis.

**Cláusula 2ª.** A sociedade tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça Floriano, nº 19 - 15º andar – CEP:20031-924.

**Cláusula 3ª.** O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

**II – OBJETO SOCIAL**

**Cláusula 4ª.** A sociedade tem por objetivo disciplinar a colaboração recíproca dos seus sócios, no exercício da advocacia, bem como o expediente e os resultados patrimoniais auferidos na prestação de serviços de advocacia em geral.

**Cláusula 5ª.** Os serviços da sociedade serão prestados em conjunto ou individualmente por seus sócios, revertendo ao patrimônio social os respectivos honorários.

**Cláusula 6ª.** A sociedade só poderá praticar, com o uso da denominação social, os atos de advocacia não privativos de advogado, conforme estabelecido no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil

**III – CAPITAL SOCIAL**

**Cláusula 7ª.** O capital social, integralmente subscrito e integralizado, é de R\$9.000,00 (nove mil reais), dividido em 9.000 (nove mil) quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

Sócio	Nº de Quotas	Valor (R\$)
Thomas Benes Felsberg	7.498	7.498,00
Maria da Graça de Brito Vianna Pedretti	1.112	1.112,00
Ivan Luiz Sobral	30	30
Luis Antonio Menezes da Silva	30	30
João Paulo de Carvalho Vianna Servera	30	30
Caroline Rosa de Melo	30	30
Eduardo Barbeito de Vasconcellos Magalhães Castro	30	30
Eduardo Vergara Lopes	30	30
Gabriel Fonseca de Paranaguá	30	30
Igor Farias Cruz Lima	30	30
Isis da Silva Pires	30	30
Sérgio Ricardo Rodrigues Peixoto	30	30
Thaiana Tavares Labolita	30	30
Vinicius Alves de Figueiredo Pessoa	30	30





**Cláusula 8ª.** O capital social será aumentado por deliberação da Assembleia dos Sócios, adotada na forma deste contrato social, observando-se que:

- a) a subscrição e a integralização de novas quotas, quando for o caso, será realizada nos termos da deliberação da Assembleia dos sócios;
- b) não assistirá aos sócios direito de preferência para a subscrição de novas quotas, sendo o direito de subscrição exercido nos termos da deliberação da Assembleia dos Sócios.

#### IV – RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

**Cláusula 9ª.** A responsabilidade dos sócios em relação às obrigações que a Sociedade contrair é limitada ao montante do seu capital social, sendo certo que, se os bens da Sociedade não bastarem aos seus passivos, os sócios responderão pelo saldo remanescente, na proporção em que participarem das perdas sociais.

**Parágrafo 1º.** Em se tratando especificamente de danos causados aos clientes por ação ou omissão no exercício da advocacia, além da Sociedade, o sócio responde subsidiária e ilimitadamente pelo cumprimento das obrigações, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possa incorrer.

**Parágrafo 2º.** Os responsáveis por atos ou omissões que causem prejuízos à Sociedade e/ou a terceiros deverão ressarcir as perdas sofridas pelos demais sócios, de forma integral.

#### V – ASSEMBLEIA DOS SÓCIOS

**Cláusula 10.** As deliberações sociais serão adotadas na Assembleia dos Sócios, convocada e instalada na forma deste contrato social.

**Parágrafo único.** Nas deliberações da Assembleia dos Sócios, corresponderá um voto a cada quota social.

##### **Seção I – Competência**

**Cláusula 11.** Competirá à Assembleia dos Sócios, ressalvada a competência privativa do Conselho Deliberativo:

- a) apreciar e deliberar sobre as propostas do Conselho Deliberativo, tendo por objeto:
  - 1 a admissão e exclusão de sócios;
  - 2 o aumento do capital social e a subscrição de quotas;
  - 3 a cessão e transferência de quotas entre os sócios ou destes a terceiros;
  - 4 a distribuição de lucros e a participação, na distribuição, dos sócios;
- b) a dissolução e liquidação da sociedade; e
- c) a alteração do contrato social.



##### **Seção II – Convocação**

**Cláusula 12.** A Assembleia dos Sócios será convocada por qualquer dos sócios integrantes do Conselho Deliberativo, ou por sócios que, em conjunto, representem, no mínimo, 15% (quinze por cento) do capital social.

**Parágrafo Primeiro.** A convocação será feita por carta, fax ou correspondência eletrônica enviado aos sócios, sob protocolo e com a comprovação de recebimento, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, constando do ato de convocação, obrigatoriamente, a ordem do dia e a data e a hora, em primeira e em segunda convocação, da Assembleia.



**Parágrafo Segundo.** O ato de convocação será dispensado para a Assembleia que reunir a totalidade dos sócios.

### **Seção III – Instalação**

**Cláusula 13.** A Assembleia dos Sócios será instalada:

- a) em primeira convocação, com a presença da totalidade dos sócios; e
- b) em segunda convocação, com a presença, no mínimo, dos sócios titulares dos votos necessários à aprovação da deliberação.

### **Seção IV – Deliberações**

**Cláusula 14.** As deliberações da Assembleia dos Sócios serão, em todos os casos, inclusive quando se referirem às matérias previstas na Cláusula 11, sempre adotadas pelos votos representativos da maioria do capital social.

**Cláusula 15.** As deliberações dos sócios e as alterações do contrato social serão lavradas em livro próprio e serão validamente assinadas e produzirão efeitos, desde que assinadas por tantos sócios quantos sejam suficientes para constituir a maioria necessária à aprovação da deliberação.

## **VI – ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO**

**Cláusula 16.** A sociedade será administrada por um Conselho Deliberativo e pelos sócios administradores.

### **Seção I – Conselho Deliberativo**

**Cláusula 17.** O Conselho Deliberativo é órgão de deliberação colegiada, composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 10 (dez) sócios, a saber: Thomas Benes Felsberg, Maria da Graça de Brito Vianna Pedretti e Ivan Luiz Sobral Campos.

**Cláusula 18.** Competirá ao Conselho Deliberativo:

- a) estabelecer a orientação geral dos negócios da sociedade;
- b) deliberar sobre a abertura de filiais e escritórios de representação da sociedade;
- c) autorizar (i) a alienação ou oneração de bens integrantes do ativo permanente; (ii) a locação, empréstimo ou comodato de bens móveis ou imóveis; (iii) a outorga de garantias de qualquer natureza; (iv) a celebração de contratos, bem como a assunção de obrigações ou responsabilidades, de qualquer natureza, em cada caso, por prazo superior a 60 (sessenta) dias ou valor excedente a R\$10.000,00 (dez mil reais), atualizados de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado-IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que venha a substituí-lo;
- d) autorizar a aquisição, alienação e oneração de ações, quotas e participações em outras sociedades;
- e) nomear e destituir os sócios administradores, bem como fixar o seu "pro labore";
- f) propor à Assembleia dos Sócios a distribuição dos lucros apurados e correspondente participação dos sócios, a admissão e a exclusão de sócios, o aumento do capital social e os critérios para o exercício do direito de subscrição de quotas sociais;
- g) autorizar a cessão e transferência de quotas entre os sócios ou a terceiros;
- h) aprovar a celebração de acordos de qualquer natureza com escritórios ou sociedades de advogados, estabelecendo as respectivas condições;
- i) autorizar a contratação e a demissão de advogados pela sociedade;
- j) aprovar o orçamento semestral da sociedade;
- k) fiscalizar os atos dos sócios administradores e examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade;
- l) convocar a Assembleia dos Sócios; e
- m) deliberar sobre as demais matérias previstas neste contrato.

**Cláusula 19.** O Conselho Deliberativo se reunirá uma vez por mês, ordinariamente, e sempre que necessário, extraordinariamente.





**Cláusula 20.** As deliberações do Conselho Deliberativo serão adotadas pela maioria dos votos de seus membros.

**Parágrafo Primeiro.** - A convocação para as reuniões será feita por carta, telegrama ou fax, assinada por qualquer dos membros e dirigida aos demais, com a indicação da matéria a ser tratada, bem como a data e a hora da reunião.

**Parágrafo Segundo.** As reuniões do Conselho Deliberativo serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de todos os seus membros; e, em segunda convocação, com a presença dos membros cujos votos sejam necessários para a aprovação da deliberação.

**Cláusula 21.** Das reuniões do Conselho Deliberativo serão lavradas atas, em forma sumária, contendo os assuntos objeto de discussão e deliberação.



## **Seção II – Administração e representação**

**Cláusula 22.** A administração e a representação ativa, passiva, judicial ou extrajudicial da sociedade, serão exercidas pelos sócios Thomas Benes Felsberg, Maria da Graça de Brito Vianna Pedretti e Ivan Luiz Sobral Campos, com a designação de sócios administradores.

**Cláusula 23.** Os sócios administradores praticarão, em conjunto ou individualmente, os atos de representação da sociedade perante os órgãos da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, instituições financeiras e terceiros em geral, observadas as disposições deste contrato.

**Parágrafo Primeiro.** Observado o disposto neste contrato, serão praticados por dois sócios administradores, em conjunto, ou por um deles em conjunto com um procurador da sociedade, ou por dois procuradores em conjunto, os atos previstos nas alíneas "b", "c", "d", "h" e "i", da cláusula 18.

**Parágrafo Segundo.** Na outorga de procurações em nome da sociedade, essa deverá ser representada pelo sócio administrador Thomas Benes Felsberg, isoladamente, ou pela sócia administradora Maria da Graça de Brito Vianna Pedretti em conjunto com um dos demais sócios administradores.

**Cláusula 24.** Dependerá da prévia autorização do Conselho Deliberativo a prática dos atos referidos na cláusula 18, alíneas "b", "c", "d", "g", "h" e "i".

**Cláusula 25.** Os sócios administradores ficam dispensados da prestação de caução.

**Cláusula 26.** Será vedado o uso da denominação social em atos, documentos e negócios, de qualquer natureza, que sejam alheios aos objetivos e interesses sociais, assim como a prestação de avais ou fianças de mero favor.

## **VII – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS**

**Cláusula 27.** Não será admitida a oneração ou a cessão e transferência de quotas do capital, por qualquer dos sócios a terceiros ou a outro sócio, sem a prévia e expressa proposição do Conselho Deliberativo e aprovação da Assembleia dos Sócios.

## **VIII – RETIRADA, INCAPACIDADE PERMANENTE, FALECIMENTO E EXCLUSÃO DE SÓCIOS**

**Cláusula 28.** O falecimento, a incapacidade permanente, a retirada ou a exclusão de qualquer dos sócios não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com os demais, a menos que estes resolvam liquidá-la.

**Parágrafo Primeiro.** Se a decisão for pela continuidade da sociedade, as quotas do sócio falecido, incapacitado permanentemente, retirante ou excluído passarão a pertencer à sociedade, que pagará pelas mesmas do seguinte modo:



- A. no caso de falecimento, o valor de cada quota do sócio falecido será constituído de duas partes.
- (i) uma parte corresponderá ao valor patrimonial das quotas que se encontrem efetivamente integralizadas no mês do evento, para tanto apurado com base no patrimônio da sociedade, devidamente atualizado até o mês do evento, dividido pelo número de quotas que constituírem o capital social na ocasião do falecimento;
  - (ii) a outra parte corresponderá à soma dos valores dos lucros distribuídos, semestral e anualmente (excluídas quaisquer distribuições mensais), a cada quota, durante dois anos e meio a contar do evento.

A parte indicada no item (i) será paga a quem de direito dentro de 60 (sessenta) dias a contar do evento. A parte indicada no item (ii) será paga também a quem de direito, nas ocasiões em que os lucros da sociedade forem distribuídos aos demais sócios;

A.1 na hipótese do sócio falecido ter se tornado sócio há mais de 5 (cinco) anos da data do evento, a sociedade pagará ao cônjuge companheiro ou companheira, ou na falta de qualquer um deles, ao herdeiro em linha reta até o segundo grau, além do valor das quotas apurado conforme disposição anterior, as seguintes importâncias adicionais:

- (a) durante 12 (doze) meses consecutivos, o equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do total que ele tiver recebido da sociedade, a qualquer título (exclusão feita da distribuição de lucros apurados no balanço patrimonial levantado no final do último exercício social), no mês anterior ao do falecimento.
- (b) durante os seguintes 12 (doze) meses, 50% (cinquenta por cento) desse total; e,
- (c) durante os seguintes 6 (seis) meses, 25% (vinte e cinco por cento) desse mesmo total.

Os pagamentos referidos nos itens (a) a (c), acima, começarão a ser feitos ao término do mês seguinte àquele em que se verificar o evento e serão corrigidos mediante a aplicação do índice que melhor reflita a inflação vigente no período compreendido desde o mês do evento até o mês de cada pagamento.

B. No caso de incapacidade permanente, definida, para os efeitos deste contrato, como sendo a incapacidade que não permita ao sócio o exercício normal de suas atividades na sociedade por mais de 12 (doze) meses consecutivos, a sociedade pagará ao sócio incapacitado permanentemente:

B.1 a partir da alteração contratual que então for feita, ou na impossibilidade dessa alteração, mas em qualquer hipótese a partir do 13º mês do início da incapacidade, o valor das quotas apurado da mesma forma como disposto no item A desta Cláusula;

B.2 na hipótese de o sócio incapacitado permanentemente ter se tornado sócio há mais de 5 (cinco) anos, a sociedade fará os pagamentos a ele, do mesmo modo e nas mesmas condições da hipótese prevista no item A.1, desta Cláusula.

C. No caso de retirada voluntária, o sócio que desejar retirar-se da sociedade dará aviso prévio por escrito à sociedade, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. As quotas do sócio retirante passarão a pertencer à sociedade, que por elas pagará, dentro de 90 (noventa) dias do evento, o respectivo valor, apurado como disposto no item A, desta Cláusula, desde que a alteração contratual respectiva tenha sido por ele firmada. Se o sócio que resolver retirar-se da sociedade atender às seguintes condições: (i) tiver se tornado sócio há mais de 5 (cinco) anos, (ii) tiver atingido pelo menos 60 (sessenta) anos de idade e (iii) tiver decidido encerrar sua vida profissional como advogado, então a Sociedade fará os pagamentos como previsto no item A.1, desta Cláusula.

D. No caso de exclusão, a sociedade pagará ao sócio excluído o valor de suas quotas, de acordo com o último balanço patrimonial levantado pela sociedade, no prazo de 6 (seis) meses a contar do término do mês em que ocorrer a exclusão.

Os valores previstos nos itens A(ii), B.1, B.2 ou C: (a) somente serão devidos a sócios, que tenham sido admitidos na sociedade há, no mínimo, dois anos, (b) não serão devidos, quer total ou parcialmente, a sócios, cujas quotas



*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.]*



se encontrem ainda totalmente pendentes de integralização, e/ou (c) quando devidos a sócios, admitidos na sociedade há mais de dois anos e cujas quotas se encontrem só parcialmente integralizadas, serão reduzidos na mesma proporção que as quotas ainda a integralizar representem no total das quotas detidas pelo sócio em questão,

**Parágrafo Segundo.** Se a decisão dos sócios for pela liquidação da sociedade, os sócios representantes da maioria do capital social nomearão o síndico. Nessa hipótese, o patrimônio da sociedade será destinado ao pagamento dos encargos sociais, repartindo-se pelos sócios, na proporção de suas quotas ou a seus herdeiros, se for o caso, o saldo porventura restante.

#### **X – EXERCÍCIO SOCIAL E RESULTADOS**

**Cláusula 29.** O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se a cada dia 31 de dezembro. No encerramento de cada exercício, será levantado o balanço geral e apurados os resultados.

**Parágrafo Primeiro.** Os lucros apurados serão distribuídos aos sócios, nas proporções determinadas pela Assembleia dos Sócios.

**Parágrafo Segundo.** Será admitido o levantamento de balanços em periodicidade determinada pelo Conselho Deliberativo e a distribuição dos resultados apurados.

**Parágrafo Terceiro.** O Conselho Deliberativo deliberará sobre a participação de funcionários nos lucros da sociedade.

#### **XI – DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO**

**Cláusula 30** - A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação dos sócios, que nomearão, como liquidante, um dos membros do Conselho Deliberativo.


#### **XII – DISPOSIÇÕES GERAIS**

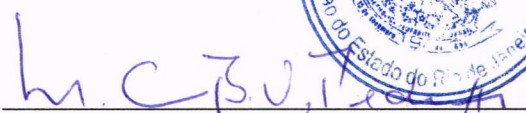
**Cláusula 31** - Os sócios se obrigam por este contrato, em todos os seus termos e condições, por si e por seus herdeiros e sucessores.

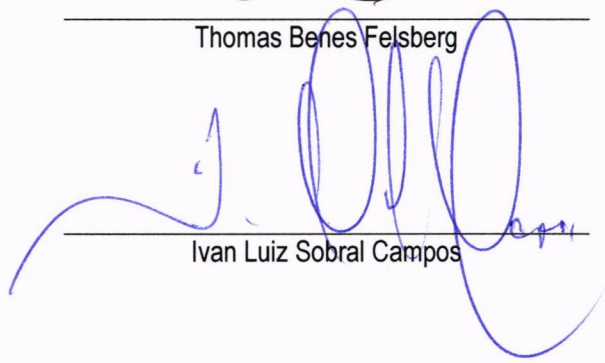
**Cláusula 32** - Será competente, para dirimir as questões emergentes deste contrato, o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

As partes, justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias, na presença de 2 (duas) testemunhas, para que produza os seus efeitos legais.

Rio de Janeiro, 04 de junho de 2018.


  
Thomas Benes Felsberg

  
Maria da Graça de Brito Vianna Pedretti

  
Ivan Luiz Sobral Campos

  
Luis Antonio Menezes da Silva

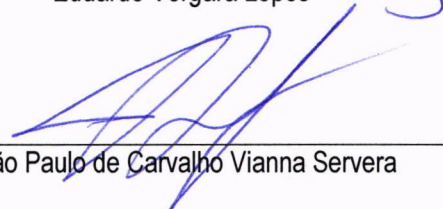


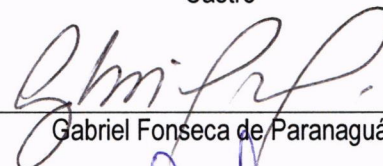
  
\_\_\_\_\_  
André de Souza Santos


  
\_\_\_\_\_  
Caroline Rosa de Melo

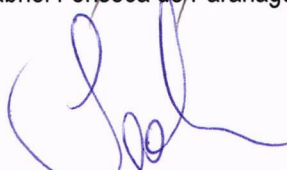
  
\_\_\_\_\_  
Eduardo Vergara Lopes


  
\_\_\_\_\_  
Eduardo Barbeito de Vasconcellos Magalhães  
Castro


  
\_\_\_\_\_  
João Paulo de Carvalho Vianna Servera

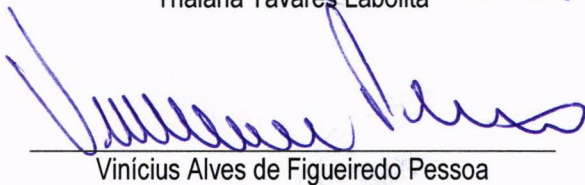
  
\_\_\_\_\_  
Gabriel Fonseca de Paranaguá

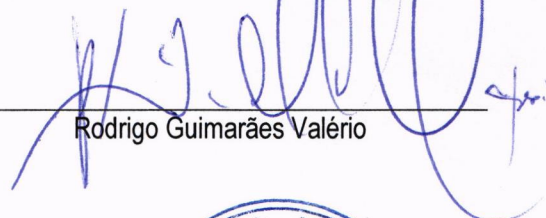
  
\_\_\_\_\_  
Isis da Silva Pires

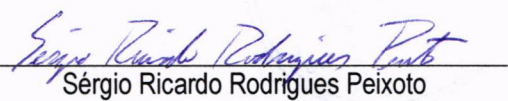
  
\_\_\_\_\_  
Igor Farias Cruz Lima

  
\_\_\_\_\_  
Thaiana Tavares Labolita

  
\_\_\_\_\_  
Marcela Alves Corrêa


  
\_\_\_\_\_  
Vinícius Alves de Figueiredo Pessoa


  
\_\_\_\_\_  
Rodrigo Guimarães Valério

  
\_\_\_\_\_  
Sérgio Ricardo Rodrigues Peixoto



**TESTEMUNHAS:**

1.   
\_\_\_\_\_  
Nome: Andrea Caixa Fernandes  
RG: 10.858.679-3  
CPF/MF: 070.446.967-75

2.   
\_\_\_\_\_  
Nome: Rosângela Jaime Cantano  
RG: 32.846.984-1  
CPF/MF: 286.632.218-51



## OAB - RJ

Certifico que a presente--  
alteracao contratual encontra-se  
registrada nesta Secao, desde  
dezenove de julho de dois mil e  
dezoito, sob o nro. RS.-  
118.050/1995.-----

Rio de Janeiro, dezenove de  
julho de dois mil e-  
dezoito.-----

-----  
Oficial do Registro

